

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento territorial e sustentabilidade

Período de Análise: 01/12/2013 a 31/12/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Evento no Arquipélago do Marajó (PA) busca a melhoria de vida dos povos que habitam as florestas brasileiras. Sandra Cecilia – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 02/12/2013	3
Adiada a obrigatoriedade do uso de sementes orgânicas – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 05/12/2013.....	4
Ministra defende proteção da flora e fauna contra aquecimento global. Lucas Tolentino e Luciene Assis – Site do Meio Ambiente (MMA). 06/12/2013.....	5
Miguel Altieri: Precisamos de agricultura com estratégias de adaptação para mudanças climáticas. Eduardo Sá – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 10/12/2013.....	7
São José dos Campos terá projeto próprio para agricultores familiares. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 13/12/2013.....	10
Campanha Brasil Orgânico e Sustentável apresenta plano para 2014 – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 11/12/2013.....	11
Ambientalistas fazem cobranças a Aécio durante jantar em SP. Pedro Venceslau – O Estado de São Paulo, Política. 11/12/2013	12
Portaria do Cadastro Ambiental Rural será publicada este mês. Daniela Chiaretti – Valor Econômico, Agronegócios. 13/12/2013	13
Cadastro ambiental começa a funcionar no dia 19, diz ministra do Meio Ambiente – O Estado de São Paulo, Planeta. 14/12/2013	14
MMA defende critérios sustentáveis para as compras do setor público. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 17/12/2013.....	15
No Brasil, já há 250 grupos de pesquisa de agroecologia e mais de 100 cursos. Elenita Malta Pereira – Site do MST. 18/12/2013.....	17
Cacau produzido na floresta vai virar reserva legal no ES. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 26/12/2013.....	20
2014: os desafios sociais e ambientais do povo brasileiro. Najjar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 31/12/2013	22

Evento no Arquipélago do Marajó (PA) busca a melhoria de vida dos povos que habitam as florestas brasileiras. Sandra Cecilia – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 02/12/2013

Na floresta tem gente vivendo, produzindo e conservando o meio ambiente. Esta realidade foi conferida no II Chamado da Floresta, realizado no Arquipélago do Marajó (PA). O evento, realizado pelo Conselho Nacional dos Povos Extrativistas (antigo Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS), coloca a população da floresta no centro da promoção do desenvolvimento sustentável. “Este chamado, que ecoa por todos os biomas, mostra a força desse povo que trabalha com a floresta em pé e tem por opção de vida cuidar da biodiversidade”, contextualizou Joaquim Belo, presidente do CNS – sigla ainda mantida.

Em um rincão longínquo, escolhido para mostrar a realidade de quem habita as florestas brasileiras, a Vila do Tonhão, foi montada a estrutura que recebeu, além de membros dos governos federal, estadual e municipal, mais de 1.500 extrativistas, quebradeiras de coco babaçu e pescadores artesanais. A vila fica no Arquipélago de Marajó, município de Melgaço, no Assentamento Extrativista Ilha Grande, a mais de 20 horas de barco da capital do Pará, Belém.

O evento contou com a presença dos ministros do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello; do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; e do ministro interino da Secretaria-Geral da Presidência da República, Diogo Santana, que anunciaram uma série de políticas públicas para o fortalecimento do extrativismo.

O ministro Pepe Vargas expôs as políticas públicas que vão ao encontro das necessidades, tão peculiares, desta população. “Para a Assistência Técnica e Extensão Rural Extrativista serão destinados R\$ 220 milhões, que vão beneficiar mais de 42 mil famílias. Eu quero fazer, hoje, este compromisso com vocês”, disse Pepe Vargas, ao se referir ao serviço de Ater, conduzido por técnicos de empresas contratadas por meio de chamadas públicas, o meio mais eficaz de levar a presença do estado a estas regiões.

Produção sustentável

Entre os anúncios, Pepe Vargas destacou o fomento à produção sustentável, inclusão social e ambiental e, principalmente, o acesso ao território que, segundo o ministro, é um direito fundamental e deve ser garantido. “Em 2003, havia 19 assentamentos agroextrativistas. De lá pra cá foram criados mais 347 e até o fim de 2013 criaremos mais 15. Além disso, no início de 2014, o Programa Terra Legal vai repassar a SPU as documentações para que todas as áreas urbanas sejam destinadas aos municípios do Marajó”, firmou.

“É possível crescer, incluir e preservar. Por isso estamos aqui”. Desta forma a ministra Tereza Campello iniciou sua participação. Ela destacou a importância do Bolsa Família e do Bolsa Verde para a manutenção da renda daquelas famílias e de programas de

compras públicas como o de Aquisição de Alimentos e o de Alimentação Escolar (PAA e Pnae, respectivamente) para a real melhoria de vida delas.

Izabella Teixeira mencionou a necessidade do Plano de Manejo para a gestão sustentável das áreas de extrativismo e garantiu que até o fim de 2014 não haverá nenhuma Resex sem o plano. Foram assinados acordos de cooperação que agiliza a implementação das políticas públicas e entregues termos de adesão ao Bolsa Verde a moradores locais e, também, a publicação do Guia de Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Neste ano o Chamado da Floresta homenageia a memória de Chico Mendes, líder extrativista da Amazônia e criador do CNS, morto há 25 anos.

Adiada a obrigatoriedade do uso de sementes orgânicas – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 05/12/2013

Na última reunião de 2013, a Câmara Temática da Agricultura Orgânica fez uma detalhada revisão da Instrução Normativa (IN) nº 46, de 6 de outubro de 2011. A IN 46, que estabelece o regulamento técnico, bem como as listas de substâncias permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, proibia, a partir do dia 19 de dezembro de 2013, a utilização de sementes e mudas tratadas, permitindo apenas o uso de sementes orgânicas.

Amparada nos resultados da Consulta Pública de 17 de outubro de 2013, a Câmara propôs a revogação do prazo desta obrigatoriedade, dada escassez de sementes orgânicas para atender ao processo de certificação em toda a cadeia produtiva. A partir de 2016, cada estado poderá produzir listas definindo quais espécies e variedades terão que ser obrigatoriamente orgânicas.

Outros insumos que tinham limitação de uso até a mesma data tiveram o prazo também revisto ou abolido. Vitaminas e pró-vitaminas de origem sintética serão permitidas após a alteração da norma, porém só podem ser usadas quando a falta comprometer a saúde do animal e não houver disponibilidade de fontes naturais. Foi mantida a permissão de uso de excrementos animais (esterco) vindos de sistemas não-orgânicos, desde que se faça um controle de risco e contaminantes. Resíduos de biodigestores e lagoas de decantação poderão ser utilizados nos sistemas de agricultura orgânica, desde que seja feita uma análise de risco pelo organismo de avaliação de conformidade e pelas organizações de controle social.

Além na Instrução Normativa 46, foram revistas as INs 50 e 54, que legislam sobre o Selo SisOrg e as Comissões de Produção Orgânica, respectivamente. Com relação ao selo, foi permitida a redução do tamanho e alteradas as exigências relativas às cores.

No que se refere à Instrução Normativa 54, será garantido que entidades não governamentais assumam a coordenação das Comissões de Produção Orgânica (CPOrg) dos estados.

Para o coordenador de Agroecologia do Ministério da Agricultura (Mapa), Rogério Dias, a legislação dos orgânicos deve ter o teor de proposta de transformação da agricultura tradicional para um modelo agroecológico. “Se as normas forem muito complexas, desestimulam os produtores. Este esforço da Câmara consiste em enxugar e adaptar a legislação à realidade”, explica Rogério Dias. “Pareado à legislação, deve estar o fomento à pesquisa e desenvolvimento agroecológico para que se crie as condições ideais à produção orgânica. Enquanto não houver estas condições, é preciso ter uma legislação simplificada, que acompanhe sempre que possível as normas internacionais”, finaliza o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Mapa, Caio Rocha.

As propostas de alteração da redação serão encaminhadas à consultoria do Mapa, que analisa a consistência jurídica do texto. Após assinadas pelo Ministro Antônio Andrade, serão publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

O encontro aconteceu nos dias 3 e 4 de dezembro de 2013, na sala de reuniões da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Mapa. Estiveram presentes representantes do Ministério da Agricultura, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de certificadoras, da Associação Brasileira de Orgânicos, da Embrapa, do Inmetro, do setor produtivo e de institutos de pesquisa.

Ministra defende proteção da flora e fauna contra aquecimento global. Lucas Tolentino e Luciene Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 06/12/2013

Em 2014, haverá duas negociações essenciais para definir os rumos da agenda ambiental.

Os esforços globais para frear o aquecimento global caminharão ao lado das medidas de proteção da fauna e da flora. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, defendeu a convergência das duas agendas, nesta sexta-feira (06/12), em Brasília, na abertura do Colóquio Internacional sobre Mudanças Climáticas: a Agenda Pós-Varsóvia. O encontro, promovido pela Comissão de Mudanças Climáticas do Senado, teve o objetivo de discutir os resultados da 19ª Conferência das Partes de Mudanças Climáticas, a COP 19, realizada, em novembro, em Varsóvia, capital da Polônia.

A comunidade internacional se debruçará, no ano que vem, em duas negociações essenciais para definir os rumos da agenda ambiental. Além da COP 20, que ocorrerá na capital peruana de Lima, haverá a 12ª reunião de cúpula da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), que será sediada pela Coreia do Sul. Vinculados à Organização das Nações Unidas (ONU), os encontros reúnem delegações de centenas de países

periodicamente para firmar acordos. “Deve haver convergência entre os temas. As duas conferências não podem ficar isoladas”, afirmou Izabella.

ESTRESSE

A apresentação e aprovação de alternativas e mecanismos capazes de diminuir as emissões de poluentes na atmosfera aparece como um dos principais gargalos das negociações internacionais de mudanças climáticas. Para a ministra, é preciso mudar o foco das reuniões de cúpula. “Chegou a hora de parar de olhar somente para o problema e procurar as soluções”, avaliou. “São debates acirrados em busca de um entendimento e o estresse político entre os países precisa ser eliminado.”

Políticas do governo federal como as de redução das emissões de gases de efeito estufa e as de combate ao desmatamento na Floresta Amazônica, com índices recordes de queda, colocam o Brasil em posição de evidência no cenário internacional. “Os resultados alcançados pelo país são bastante significativos”, ressaltou o embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho, subsecretário-geral de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

A COP 19 definiu o panorama e o posicionamento dos países em relação ao novo acordo climático que deverá ser assinado daqui a dois anos. Em 2015, será colocado em votação o texto de um novo protocolo que deverá valer a partir de 2020. “Todas as questões têm que estar bem discutidas e preparadas até lá, ou então estaremos colocando o multilateralismo em xeque”, explicou Izabella Teixeira.

SAIBA MAIS

A COP é o órgão máximo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês), criada, no Rio de Janeiro, em 1992, na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92). Os governantes e gestores dos mais de 190 países-membros da UNFCCC se reúnem, todos os anos, para elaborar propostas de mitigação e adaptação e para acompanhar as ações e acordos estabelecidos.

O objetivo da cúpula é conter o aumento da temperatura média do plano. Apesar de ser um fenômeno natural, o efeito estufa tem sofrido alterações que se tornaram as causadoras do aquecimento global. As mudanças decorrem do aumento descontrolado das emissões de gases como o dióxido de carbono e o metano. A liberação deles na atmosfera ocorre por conta de atividades humanas e econômicas, entre elas o transporte, o desmatamento e a agricultura.

META AMBICIOSA

A agenda brasileira, traçada a partir da Política Nacional de Mudanças do Clima (PNMC), está pautada pelo compromisso nacional e voluntário de reduzir as emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% até 2020. O secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ) do Ministério do Meio Ambiente (MMA),

Carlos Klink, considera esta meta “bastante ambiciosa”, mas que está permitindo ao Brasil avançar e vencer desafios no que se refere à mudança do clima, tornando-se referência mundial.

O governo brasileiro, por meio da PNMC, segundo Klink, está investindo no combate ao desmatamento na Amazônia e demais biomas do País; em planos de baixa emissão de carbono na agricultura, a partir da racionalização do uso da terra e das florestas, do uso de novas tecnologias, de processos industriais mais modernos, do tratamento de resíduos; e em processos energéticos eficientes e de baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE). Como as atividades dos diferentes setores da sociedade, com os usos que se faz da biodiversidade e do meio ambiente, são reguladas por um conjunto de leis, o Brasil assume a posição de pioneiro, à frente inclusive das nações mais modernas e ricas, ressaltou o representante do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Herman Benjamin.

Apesar da posição internacional confortável, Carlos Klink disse que ainda são necessários esforços domésticos adicionais para que as metas de redução dos efeitos das mudanças do clima sejam alcançadas. Ele apontou como um dos desafios da PNMC a harmonização das 18 iniciativas estaduais com a política de governo, a partir da adoção de um Plano Nacional Adaptação: “É preciso haver coerência”, insistiu Klink.

Miguel Altieri: Precisamos de agricultura com estratégias de adaptação para mudanças climáticas. Eduardo Sá – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 10/12/2013

Referência no pensamento agroecológico na América Latina, o pesquisador chileno Miguel Altieri fala sobre os avanços da agroecologia na região.

Referência no pensamento agroecológico na América Latina, o pesquisador chileno Miguel Altieri, da Universidade de Berkeley/Califórnia e ex-presidente da Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia (Socla), fala sobre os avanços da agroecologia na região. Autor de vários livros sobre o tema, Altieri defende mudanças no sistema agroalimentar para reduzir os impactos na saúde humana e no meio ambiente. O professor também se preocupa muito com a adaptação dos modelos agrônômicos para resistir às mudanças climáticas no futuro.

Altieri conversou conosco durante o VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em Porto Alegre entre os dias 25 e 28 de novembro. Mais de quatro mil pessoas passaram pelo evento, fato que reforça suas observações em relação ao crescimento da agroecologia no Brasil. Ele foi um dos palestrantes durante as atividades e lançou dois novos livros em co-autoria com sua esposa, Clara Nicholls: *Agroecologia e mudanças climáticas* e *Desenhos agroecológicos*, que trazem elementos para reflexão com experiências em diversos países na América Latina.

A questão do agrotóxico é a mais grave no contexto da produção agrônômica moderna?

O problema principal é esse modelo de agricultura industrial, de monocultura em grande extensão acompanhada do pacote de agrotóxicos e que tem um impacto ecológico muito grande. É um sistema muito vulnerável às mudanças climáticas, porque não tem diversidade e mecanismos de resiliência. Então, colocar a alimentação do mundo nas mãos desse modelo, que também impacta o meio ambiente, é muito perigoso para a humanidade. Precisamos ter uma alternativa, uma proposta agroecológica que não se limite a agricultura camponesa.

Defendemos que possa ser aplicada também na grande propriedade.

A agroecologia toma diversas formas tecnológicas de acordo com a escala, então é claro que os camponeses e a agricultura familiar podem apoiar porque são os responsáveis por manter a biodiversidade, as sementes crioulas e os conhecimentos tradicionais. Tem assentamentos que já não são latifúndios, mas estão nas mãos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), movimentos sociais ou setores informais. Esse é o caso da Venezuela, então você tem que fazer uma proposta agroecológica de larga escala. Não podemos pensar que todos aqueles que têm terras de mais de 200 hectares são latifundiários malditos, há muita gente boa com propriedades de 300 hectares que quer fazer uma conversão para a agroecologia.

A agroecologia é uma série de princípios que tomam formas tecnológicas diversas e dependem do contexto. Nos sistemas agrícolas de pequena escala, por exemplo, é muito fácil fazer porque estão perto da lógica da diversidade e da reciclagem. Já na grande escala é mais difícil, mas não é impossível: você pode trabalhar com corredores biológicos que cortam a monocultura, realizar sistemas agroflorestais de larga escala, sistemas de policultivos intercalados em faixas, etc. Então a agroecologia é o único modelo viável para o futuro que se pode aplicar em larga escala, porque oferece um modelo que não depende do petróleo e diversifica as propriedades com todas as suas bondades ecológicas, além de propor uma agricultura resiliente à mudança climática.

No meu mais recente livro, que trabalhei com a Socla e uma rede de pesquisas, tem toda uma metodologia e sistema que desenvolvemos para casos de eventos climáticos que afetam os agricultores. Alguns deles são menos afetados, enquanto outros mais e outros pouco. Como o caso de três furacões em 2008 em Cuba, onde alguns agricultores suportaram. Então queremos estudar quais são os mecanismos de resiliência sócio-ecológica, como os agricultores resistem e se recuperam. Precisamos de uma agricultura com estratégias de adaptação para as mudanças climáticas e o futuro. Isso reflete todas as questões das organizações sociais, as políticas agrárias e tudo mais, mas é muito mais importante como se desenham os agroecossistemas para que se adaptem às mudanças climáticas.

Não é preciso somente o manejo de solo e água, mas também manejos agrônômicos da biodiversidade no tempo e espaço. É preciso uma resposta técnica muito forte para isso.

Em termos de América Latina, quais são os dados no sentido das proposições? No que temos avançado nesse campo?

Cuba é o país com a proposta mais concreta, sólida e técnica na América Latina, mas isso foi por uma necessidade: a importação de agrotóxicos e petróleo, então teve de voltar-se para uma agricultura orgânica de substituição de insumos e depois uma agricultura com base agroecológica. Porque foram criando os sistemas de diversidades, essa é a última fase da transição tecnológica. Você passa primeiro pelo manejo integrando pragas, depois a agricultura orgânica com a substituição de insumos, que são orgânicos mas com monoculturas de produtores orgânicos e botânicos, e na última etapa você cria os desenhos agroecológicos com diversidade para promover as interações ecológicas necessárias para determinada proporção, etc .

E no Brasil, há um processo de crescimento da agroecologia nesse contexto?

No Brasil há propostas tecnológicas isoladas de diferentes escalas. Conheço sistemas agroecológicos de grande escala, como o Ecocitrus aqui perto do Rio Grande Sul, que produz frutos cítricos. Em São Paulo tem uma propriedade de 1.600 hectares de sistemas canaviais, pastoris, agrofloretais, etc. Existem propostas de agroecologia em pequena escala, projetos de muito tempo com ONG's como a AS-PTA, e com camponeses em alguns assentamentos interessantes. Na questão técnica no Brasil, existem experiências mas isoladas e não servidas pelo que chamamos de faros agroecológicos. Esses pontos de interação precisam ser sistematizados, explicando por que aquelas experiências e princípios funcionam para incorporá-los em nossa proposta.

Creio que o Brasil está muito mais avançado que o resto da América Latina em tudo relacionado aos mercados alternativos, como a Rede Ecovida, que é um ponto de referência latinoamericano. E nas políticas, apesar de as pessoas daqui afirmarem que não são suficientes, é o único país que tem uma lei nacional de agroecologia no mundo. Isso é muito importante, porque é uma plataforma chave para aumentar a escala da agroecologia. O Brasil está muito avançado, tem uma grande diversidade de agricultura, permacultura, homeopatia, agroflorestas, etc.

Mas há uma confusão porque muitos pensam que isso é agroecologia, só que você pode fazer uma monocultura orgânica que não tem base agroecológica. Então a agroecologia não é somente um sistema de produção, é uma ciência com uma série de princípios aplicados de uma forma tecnológica que fomenta processos ecológicos.

Quais as virtudes do modelo agroecológico e seus impactos mais positivos na vida prática?

A agroecologia tem crescido, tem uma teoria unida com a prática e os movimentos sociais que criou um nível de consciência sobre a necessidade de mudar o sistema alimentar. É o primeiro impacto do ponto de vista político, da consciência planetária da necessidade de mudanças e não somente no discurso vazio já que oferece uma

alternativa. O segundo impacto é que a agroecologia tem influenciado a pesquisa científica nas universidades e centros de pesquisas, existem mudanças fundamentais nesse sentido e isso é muito positivo. O terceiro e mais importante é que agroecologia está agora nas mãos dos movimentos sociais, a Via Campesina, o MST e todos da agroecologia, como uma proposta concreta, técnica, científico-metodológica para apoiar a soberania alimentar. Na medida em que vai crescendo, você verá mudanças na saúde humana e meio ambiente. Mas você também pode ver experiências locais, onde se aplica a agroecologia de forma concreta em comunidades, e perceber efeitos positivos sobre a saúde humana, a qualidade alimentar, ambiental e uma série de parâmetros sociais, ambientais e econômicos.

Em nível local já se pode medir esses indicadores e notar claramente esses impactos.

São José dos Campos terá projeto próprio para agricultores familiares. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 13/12/2013

O município São José dos Campos, em São Paulo, recebe, nesta quarta-feira (11/12), a oficina de implantação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF). O Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com a prefeitura local e a Coordenação de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMEA), promove o encontro com diferentes representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, instituições e comunidade local para orientar sobre a implantação do programa. O planejamento conjunto permitirá construir um Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental para agricultura familiar específico para a região.

O diretor do Departamento de Educação Ambiental do MMA, Nilo Diniz, participa da abertura da oficina e explica a peculiaridade da região. “São José dos Campos é uma cidade do Vale do Paraíba, muito desenvolvida industrialmente e com vocação tecnológica, mas dispondo, em sua região, de Mata Atlântica preservada em Unidades de Conservação, ou com remanescentes em áreas agrícolas, inclusive de assentamentos, e em áreas de agricultura orgânica”, esclarece.

AVANÇO

O PEAAF consiste na educação ambiental com o público envolvido na agricultura familiar, com foco na agroecologia, na regularização ambiental e no enfrentamento da problemática socioambiental rural. Atualmente, a iniciativa está em implantação nos Estados do Acre, Bahia, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Tocantins, além do território do Alto Paraopeba, em Minas Gerais. Nesta última cidade, também se realizou uma oficina nos dias 25 e 26 de novembro, juntamente com a prefeitura de Ouro Branco e a direção do Consórcio do Alto Paraopeba.

O programa se consolida em diálogo com experiências locais de produção familiar sustentável, a exemplo da seleção e publicação do livro “Boas Práticas em Educação Ambiental na Agricultura Familiar”, que reuniu 25 iniciativas locais em todo o País (confira aqui). Outra iniciativa é a aprovação, pelo Conselho do Fundo Nacional do Meio Ambiente, de 19 projetos locais do PEAAF, que deverão receber os primeiros recursos no início de 2014.

Campanha Brasil Orgânico e Sustentável apresenta plano para 2014 – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 11/12/2013

Os produtos da agricultura familiar ganham apoio governamental para sua divulgação e comercialização durante a Copa do Mundo de 2014 com a campanha Brasil Orgânico e Sustentável. Para apresentar o balanço da campanha nas cidades sedes da Copa e o planejamento das ações para o próximo ano, ocorre ao longo desta quarta-feira (11), o Seminário Brasil Orgânico e Sustentável – Oportunidades para 2014, em Brasília.

Na solenidade de abertura do evento, o diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor (Degrav) da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Nilton Pinho de Bem, elogiou a campanha que trabalha, entre outros objetivos, no sentido de ampliar mercado para os produtos da agricultura familiar.

“Atividades de promoção comercial e de conquista de novos mercados, além da busca constante para que se tenha fluidez da produção e da renda gerada na agricultura familiar são fundamentais”, assinalou o diretor. “Ações do Brasil Orgânico e Sustentável, que a Copa oferece para que esses produtos sejam ainda mais divulgados, são extremamente importantes e, nesse sentido, o MDA se soma à campanha para que alcance todos os seus objetivos”, completou.

A campanha Brasil Orgânico e Sustentável estimula relações favoráveis de mercado, nos quais os produtos da agricultura familiar, os orgânicos, agroecológicos e com indicação geográfica e de comércio justo sejam ofertados a turistas e consumidores em geral, nas doze cidades sedes da Copa.

O MDA é parceiro da campanha, coordenada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e que conta com as parcerias do Ministério do Esporte (ME), da Agência de Fomento Alemã (GIZ) e da Associação Brasil Orgânico e Sustentável (Abraso).

Na mesa de abertura do evento, estavam o coordenador da campanha, Arnaldo de Campos, secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS; a representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente no Brasil, Denise Hamú; o coordenador da Câmara Temática de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Ministério do Esporte, Cláudio Langone; e o representante do programa de gestão sustentável das florestas tropicais da GIZ, Thomas Inhetvin.

Sustentabilidade

Durante a abertura do seminário, a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello, colocou: “Essa agenda não pode ficar restrita ao setor público. É possível comprar produtos da agricultura familiar, orgânicos, agroecológicos em escala”, disse.

A ministra afirmou, ainda, que para o Governo Federal é uma obrigação fazer o debate da sustentabilidade (nas esferas econômica, social e ambiental). “Nessa agenda de consumo sustentável e da produção de orgânico no Brasil, a Copa é uma oportunidade para o Brasil e para o mundo, mostrar o que o país tem de melhor e o que faz de diferente”, disse a ministra. “Espero que esse trabalho possa garantir que o ano de 2014 seja vários passos nessa construção de consumo sustentável e de fortalecimento da nossa produção no Brasil”, concluiu a ministra.

Ambientalistas fazem cobranças a Aécio durante jantar em SP. Pedro Venceslau – O Estado de São Paulo, Política. 11/12/2013

Grupo de líderes do setor testa posições do tucano em relação ao ambiente e pretende repetir a dose com Dilma e Campos

Depois de participar de diversos encontros com ruralistas nas últimas semanas, o senador Aécio Neves (PSDB-MG), provável candidato tucano à Presidência em 2014, tenta agora se aproximar dos ambientalistas. O primeiro gesto nessa direção foi a presença de Aécio em jantar com 60 lideranças do setor, anteontem, em São Paulo.

Organizado pelo ex-deputado federal Fábio Feldman e pelo ex-ministro do Meio Ambiente de Fernando Henrique Cardoso José Carlos Carvalho, o evento foi marcado por cobranças duras ao tucano. Ele foi questionado pelo fato de Minas Gerais ter sido o Estado campeão de desmatamentos em 2013. Além disso, ouviu críticas sobre a postura da bancada do PSDB durante o debate do Código Florestal e recebeu pedidos para que a sigla retomasse as bandeiras ambientalistas dos tempos da fundação do partido.

Participaram do jantar, entre outros, Ricardo Vilela, diretor do banco Itaú, Roberto Klabin e Mário Mantovani, da SOS Mata Atlântica, Walter Lazzarini Filho, presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp e Marina Grossi, do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. O grupo já avisou que pretende debater suas propostas com outros presidenciáveis, como a presidente Dilma Rousseff e o governador Eduardo Campos.

Ex-secretário do Meio Ambiente de São Paulo, Xico Graziano foi escalado, no jantar, para defender os tucanos. Ele exaltou o programa carbono zero, que propõe compensar a emissão do gás carbônico com reflorestamento, implantado em Minas. Em sua intervenção, Aécio defendeu um novo ciclo para a política ambiental no País: "Não

adianta só punir. Tem que fiscalizar, sim, mas também incentivar". Para ele, sustentabilidade e meio ambiente devem nortear o planejamento das ações de governo.

O deputado estadual pernambucano Daniel Coelho foi anunciado como o responsável pelas propostas ambientais do programa de Aécio, a ser apresentado no dia 17, em Brasília.

Portaria do Cadastro Ambiental Rural será publicada este mês. Daniela Chiaretti – Valor Econômico, Agronegócios. 13/12/2013

SÃO PAULO - Ainda este mês o Ministério do Meio Ambiente soltará a portaria que irá regulamentar o Cadastro Ambiental Rural (CAR). As regras de como os proprietários rurais devem fazer o registro eletrônico obrigatório dos remanescentes florestais de suas terras estão prontas há seis meses e aguardavam apenas que o sistema nacional pudesse decolar.

Fazem parte do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) todos os estados da Federação à exceção de São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso, Pará, Tocantins e Rondônia, que optaram por desenvolver sistemas estaduais, mas que serão integrados ao processo federal. "Trata-se de disciplinar o uso do CAR", disse a ministra do meio ambiente Izabella Teixeira, em evento do setor do agronegócio em São Paulo, referindo-se ao Cadastro Ambiental Rural.

O instrumento, na sua visão, é o cerne do Código Florestal. "Se a implementação do CAR for mal feita, vamos perder a maior oportunidade de colocar a política florestal no centro das decisões do país, deixando de ser algo lateral no processo." Izabella Teixeira disse que este é um processo para os próximos 10 anos. "O CAR é peça-chave."

"Talvez tenha enfrentado o maior desafio da minha vida profissional na negociação do Código Florestal", disse a ministra. "É absolutamente essencial colocar proteção e produção juntos", continuou. "Duelando como se estivessem em lados opostos é insustentável do ponto de vista do meio ambiente e da produção." Segundo ela, durante o debate do Código Florestal, "a área ambiental se colocou como se estivesse em uma trincheira, e a área agrícola, da maneira mais conservadora possível."

Segundo ela, "a governança ambiental pública não está preparada aos novos passos da sustentabilidade", mas está no caminho. A ministra avisou que está em curso uma "operação limpeza" nos órgãos ambientais federais. Há poucos dias foram pegos hackers que entravam no sistema de controle de madeira do Ibama. Em outra operação da Polícia Federal, foram presos funcionários de uma unidade do Ibama no Mato Grosso por desembargar áreas mediante pagamento de propinas.

A ministra falou a empresários do setor rural sobre os novos passos da implantação do Código Florestal. "A ideia deste evento é mostrar aos empresários do agronegócio como contribuir na implementação do Código Florestal", disse Plínio Ribeiro, diretor

executivo da Biofílica, empresa criada em 2008 para “tornar a conservação florestal economicamente relevante” e promotora do evento.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é registro eletrônico obrigatório a todos os imóveis rurais que têm que informar sobre a área de reserva legal (RL) que existe na propriedade, as Áreas de Preservação Permanente (APP), as florestas e remanescentes de vegetação nativa. O prazo para se regularizar é um ano, prorrogável por mais um. “Quem quiser pode ir fazendo, não precisa esperar”, disse a ministra. “É super simples.”

Ela lembrou que quem não cumprir a lei estará em um de dois casos: “Ou você faz ou você é pego depois.” Quem, em cinco anos, não estiver com seu cadastro em ordem, não terá acesso a crédito público, diz a lei.

O próximo passo será regulamentar a compensação de reserva legal por meio de Cotas de Reserva Ambiental (CRAs). “Não dá para avançar nestes pontos se não houver uma regra clara do cadastro ambiental rural”, disse a ministra. “O CAR é uma fotografia da propriedade.”

Depois que o cadastro ambiental estiver implantado, a intenção é ter um cadastro fundiário e outro fiscal. “Este é o sonho do futuro, integrar tudo. Estou fazendo o ambiental”, disse.

Os proprietários rurais se enquadram em quatro casos, na adaptação ao que diz o Código Florestal, disse a ministra. Há os que têm sua reserva legal regularizada e os que possuem a reserva, mas ainda não a regularizaram. Há o caso dos que desmataram além do que seria permitido, mas ainda possuem floresta. “E os que desmataram 100% e só têm passivo ambiental”, disse Izabella. “O espírito político é trazer todo mundo a bordo para se legalizar.”

Cadastro ambiental começa a funcionar no dia 19, diz ministra do Meio Ambiente – O Estado de São Paulo, Planeta. 14/12/2013

Medida é prevista no novo Código Florestal para regularizar os agricultores que desmataram ilegalmente

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirmou ontem - após encontro com empresários do agronegócio promovido pela companhia de serviços ambientais Biofílica - que até 19 de dezembro o sistema do Cadastro Ambiental Rural (CAR) estará implementado em todos os Estados.

O CAR é uma ferramenta prevista pelo novo Código Florestal, de maio de 2012, para regularizar agricultores que desmataram ilegalmente. O sistema tem a finalidade de identificar se há passivo ambiental ou não nas propriedades rurais privadas do País (que hoje somam cerca de 5,2 milhões).

De acordo com a ministra, a portaria deverá ser publicada logo após o fim da implementação do sistema. A expectativa é de que isso tivesse sido publicado já em junho - atraso criticado por ambientalistas. Obrigatório para os proprietários de terra, o CAR será um meio para eles informarem as condições de suas terras - em especial o quanto eles mantêm de Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP), áreas de floresta que não poderiam ser cortadas na propriedade.

Os dados serão informados pelos próprios donos de terra, mas poderão ser cruzados com imagens de satélite para verificação. São essas informações que vão dizer se os proprietários estão quites com a lei ambiental ou terão de recompor a floresta. "O proprietário tem, no fim, um recibo que é como se fosse o imposto de renda", afirma Izabella. Ela diz que o programa, apesar de não haver sido lançado oficialmente, já funciona em muitos Estados.

O proprietário que não fizer o cadastro não poderá ter acesso a crédito rural e será considerado omissor, segundo a ministra. "Você tem duas situações: ou você faz ou você é pego depois. É que nem o leão."

Desmatamento. Em relação ao aumento do desmatamento na Amazônia, que voltou a subir neste ano depois de quatro anos em queda, Izabella afirmou que está fazendo uma "limpeza" nos órgãos federais com a intenção de derrubar "corruptos" que colaboram para o desmatamento. Recentemente, diz ela, foram desbaratados um esquema de alteração de folha de pagamento e outro em que funcionários desembargavam áreas na Barra do Garças, em Mato Grosso, depois de receberem propina.

MMA defende critérios sustentáveis para as compras do setor público. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 17/12/2013

Documento final está previsto para ficar pronto em fevereiro de 2014

Governo federal e representantes do setor industrial estão elaborando proposta estratégica para compras públicas sustentáveis. A 3ª Reunião do Grupo de Trabalho Intersetorial sobre Produção e Consumo Sustentáveis acontece nesta terça-feira (17/12), na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o encontro visa criar as bases para a construção de padrões de produção e consumo sustentáveis no país, por meio do diálogo entre os setores público e produtivo.

O grupo vem trabalhando para elaborar e sugerir critérios, parâmetros e indicadores de sustentabilidade de bens e serviços para compras públicas. O documento final está previsto para ficar pronto em fevereiro de 2014. A secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Mariana Meirelles, falou, durante abertura do evento, que os critérios para compras públicas devem levar em consideração a escala das empresas (pequenas, médias e grandes), a diversidade regional e o nível de maturidade do setor industrial em relação à sustentabilidade.

IMPORTÂNCIA

Sobre o trabalho dos envolvidos no processo, a secretária avalia que tem sido de grande importância. “Acredito que teremos, ao final de fevereiro, uma proposta adequada para ser avaliada no âmbito da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP) e que possa orientar a estratégia de compras públicas federais do governo federal”, afirmou. O diretor do Departamento de Produção e Consumo Sustentável do MMA, Ariel Pares, também participa do evento.

Entre os objetivos do encontro, está o de definir formas de validar a veracidade das declarações de bens e serviços sustentáveis pelas empresas, fortalecer a participação de micro, pequenas e médias empresas na temática de produção e consumo sustentável e incluí-las nos processos de compras públicas sustentáveis. Influenciar as políticas públicas para regulamentação da produção e consumo sustentáveis, nas esferas federal, estadual e municipal também faz parte do trabalho do grupo.

SUSTENTABILIDADE

O grupo também tem como meta criar um documento com sugestões de melhorias para o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), até final de 2014. Com isso, o PPCS será fortalecido e o setor produtivo estará alinhado aos compromissos internacionais assumidos, contribuindo para criar bases para o desenvolvimento de um sistema nacional de informação sobre produção e consumo sustentáveis. O plano foi lançado em novembro de 2011 com o objetivo de fomentar políticas, programas e ações que promovam a produção e o consumo sustentáveis no país.

Além de compras públicas sustentáveis, governo e iniciativa privada trabalham com temas como rotulagem ambiental; incentivos fiscais; análise de ciclo de vida; logística reversa; produção mais limpa; design sustentável e inovação; métodos para disseminação e capacitação sobre produção e consumo sustentáveis e criação de indicadores e verificadores de sustentabilidade.

CONTEXTO

Consumo Sustentável pode ser definido, segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), como o uso de bens e serviços que atendam às necessidades básicas, proporcionando uma melhor qualidade de vida, enquanto minimizam o uso de recursos naturais e materiais tóxicos, a geração de resíduos e a emissão de poluentes durante todo ciclo de vida do produto ou do serviço, de modo que não se coloque em risco as necessidades das futuras gerações.

Produção Sustentável é a incorporação, ao longo de todo ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas possíveis para minimizar custos ambientais e sociais. Acredita-se que esta abordagem preventiva melhore a competitividade das empresas e

reduza o risco para saúde humana e meio ambiente. Vista numa perspectiva planetária, a produção sustentável deve incorporar a noção de limites na oferta de recursos naturais e na capacidade do meio ambiente para absorver os impactos da ação humana.

No Brasil, já há 250 grupos de pesquisa de agroecologia e mais de 100 cursos. Elenita Malta Pereira – Site do MST. 18/12/2013

Do Outras Palavras

“Nunca vamos mudar as coisas por pura luta contra a realidade. Para mudar algo, temos que construir um novo modelo sobre algo existente”.(Stephen Gliessman citando o escritor Richard Buckminster Fuller)

Crianças de mãos dadas com seus pais, idosos, indígenas, grupos de pessoas calçando chinelos e vestidas de forma simples. Não, não estamos observando a circulação de pessoas em algum parque, praça ou feira, mas sim no centro de eventos da PUC do Rio Grande do Sul. Esse não costuma ser o público usual de ambientes universitários, mas estamos falando de um evento científico e também político: o VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado de 25 a 28 de novembro de 2013, em Porto Alegre, promovido pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), com organização e patrocínio de várias entidades e órgãos estatais.

Após dez anos, o principal evento de agroecologia do país voltou à cidade onde nasceu, em 2003. Cerca de 4.300 pessoas participaram, entre apresentadores de comunicações e pôsteres, palestrantes nacionais e internacionais, agricultores, estudantes e público em geral. Além das atividades acadêmicas houve oficinas, ações culturais, feira de produtos orgânicos e de artesanato, troca de sementes crioulas e debates paralelos.

O VIII Congresso de Agroecologia debateu, entre outros assuntos, a construção de políticas públicas para a agricultura orgânica no Brasil. O principal instrumento dessa política, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), foi apresentado pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) Valter Bianchini. Lembrando os esforços dos pioneiros da agroecologia no Brasil – Ana Primavesi, José Lutzenberger e Sebastião Pinheiro –, Bianchini avaliou o plano como o ápice de uma evolução de mais de quarenta anos de lutas pela agroecologia no Brasil. É a primeira vez que o Estado brasileiro constrói um plano para desenvolvimento da área e direciona uma soma tão significativa de recursos: 8,8 bilhões de reais. Segundo o professor e pesquisador Miguel Altieri, é o primeiro plano governamental de agroecologia do mundo.

Paulo Petersen, presidente da ABA, mencionou que a presidenta Dilma convidou entidades e movimentos interessados a participar, por meio de vários seminários, da construção do plano.

Essa participação na construção de uma política pública para a agroecologia é fato inédito no país. Nem todas as sugestões e propostas foram incorporadas, porém houve participação e luta até o último minuto, garantiu Petersen.

No entanto, os palestrantes mostraram grande preocupação com o paralelo avanço do agronegócio e as marcantes contradições dentro do governo. A professora Claudia Schmitt (UFRRJ) destacou o movimento em curso no Congresso Nacional com o objetivo de flexibilizar marcos regulatórios importantes (Código de Mineração, leis de demarcação de terras indígenas, Código Florestal, entre outros) para facilitar a ampliação de negócios no espaço rural.

Petersen afirmou que é preciso entender a economia do agronegócio para melhor combatê-la. Ela é altamente dependente de crédito bancário, infraestrutura (estradas, hidrelétricas etc), de insumos mecanizados e agrotóxicos, da mídia (que, em geral, defende uma falsa eficiência produtiva do agronegócio), e da bancada ruralista para aprovar legislação a seu favor. Nesse contexto, a margem de novas alternativas a esse modelo é reduzida, em nome da governabilidade. O governo, muitas vezes, fica refém dos interesses do agronegócio.

Além disso, há contradições presentes dentro dos órgãos do governo, como foi observado pelo governador Tarso Genro, em seu discurso na abertura do Congresso. Segundo ele, a ambiguidade presente no fato de que o Ministério da Agricultura seja o ministério do agronegócio e o Ministério do Desenvolvimento Agrário defenda a agricultura familiar e sustentável reflete na estrutura estatal a disputa pela hegemonia, a ser cristalizada com políticas e programas públicos. O governador afirmou que o ideal seria, a longo prazo, que tivéssemos apenas um ministério, o da Agricultura e da Sustentabilidade, para que esse jogo de ambiguidades fosse superado e se fundisse numa visão que não é só de agricultura, é uma visão de mundo e de humanidade.

Outro aspecto preocupante da questão é a cooptação do meio acadêmico, considerado por Petersen um “autismo científico”. Muitos pesquisadores agem como se o agrobusiness fosse um caminho único e inexorável. Nesse sentido, é preciso rever o papel do mundo acadêmico, da ciência perante a sociedade. O Congresso Brasileiro de Agroecologia coloca-se como alternativa acadêmica a essa visão hegemônica dentro das universidades. O número de trabalhos apresentados mostra a pujança científica crescente da área: 1.055 apresentações, entre palestras, comunicações, relatos de experiência e pôsteres.

Diante desse quadro, a agroecologia se firma ainda mais como movimento de reação, avançando “pouco a pouco”, segundo Petersen: “o governo tem mostrado predisposição ao diálogo democrático e isso deve ser valorizado”. Ele observou que as entidades e movimentos devem seguir seu trabalho, aproveitando o momento favorável em políticas públicas, e apresentar bons projetos para receber os recursos disponíveis; e reforçou o papel da Embrapa, Universidades e Emater para que o plano de fato aconteça: “Os desafios permanecem e é preciso seguir lutando”.

Havia um clima de consenso de que a agricultura ocupa o centro da crise planetária – e seu papel pode ser de algoz ou de cuidadora do mundo. A revolução verde e o agronegócio vêm causando poluição dos solos, água e ar, além de doenças e morte de humanos e animais. Por outro lado, a vertente da agroecologia, ao cuidar e respeitar os ritmos da natureza, oferece uma alternativa de saúde e real desenvolvimento à humanidade.

As soluções oferecidas até o momento têm sido “mais do mesmo”: resolver os problemas causados pela tecnologia com mais tecnologia – o exemplo mor representado pelos transgênicos.

Para resolver a resistência ao herbicida Glifosato, está prevista a aprovação de “novas” sementes de milho e soja resistentes a um herbicida ainda mais danoso, o 2,4-D, componente do Agente Laranja.

O momento, portanto, é ao mesmo tempo de comemorar e continuar lutando para superar grandes desafios. Os avanços obtidos devem ser celebrados: segundo Petersen, existem atualmente no Brasil 250 grupos de pesquisa e mais de 100 cursos de agroecologia nas universidades. Apesar de o paradigma convencional pautado pela tecnociência ainda ser dominante, é possível observar um crescente interesse dos pesquisadores pelo paradigma que tenta produzir cuidando da natureza, não lutando contra sua biodiversidade.

Também o número de propriedades vem aumentando. Segundo dados do IBGE, havia em todo o Brasil, em 2006, 90 mil propriedades orgânicas; destas, 11 mil com certificação. A meta do MDA é chegar a 50 mil certificadas até 2015. É visível o aumento do número de agricultores interessados em trocar de modelo, muitas vezes devido a intoxicações ou mortes na família provocadas pelos agrotóxicos.

A agroecologia como teoria crítica tem condições de diagnosticar as raízes da crise e apontar soluções. Para o palestrante final do evento, referência internacional no tema, professor Stephen Gliessman, da Universidade da Califórnia-Santa Cruz, a agroecologia “é a alternativa ao mercado mundial” e, ao mesmo tempo, caminho para “a transformação ética, moral, social e de valores”. Ele destacou o papel das redes e movimentos sociais alternativos para mudar a estrutura do mercado. É preciso conectar produtores e consumidores, através de mercados locais, e convencer mais e mais agricultores a passarem pelos três estágios de mudança da agricultura convencional para a que preza a ecologia: conversão, transição e transformação.

Gliessman enfatizou também a importância da investigação científica em parceria com os agricultores, o que ele chamou de “ação participativa”, uma real “educação para a sustentabilidade”, que pode ser aplicada nas escolas de agronomia de todo o mundo. E, o mais interessante, esse eminente pesquisador reconhece que agroecologia não é só conhecimento acadêmico. Em sua opinião, “agroecologia é ciência, prática e movimento social”.

Os ventos nunca sopraram tão a favor da agroecologia, mesmo que passem também por um mar de transgênicos e de agrotóxicos... É preciso fazer o Planapo acontecer no dia a dia das propriedades e continuar pressionando os governos por maiores recursos financeiros e corpo técnico capacitado para orientar os agricultores, tanto na transição como na continuidade de suas lavouras ecológicas.

A técnica nem sempre é má, como defendeu José Lutzenberger, um dos maiores batalhadores pela agricultura de base ecológica no Brasil e no exterior. Existem técnicas “do bem”, e a agroecologia é uma delas; ela pode ser “o caminho suave”, como dizia Lutz, que pode cuidar da saúde do planeta e, por consequência, de todos nós.

Cacau produzido na floresta vai virar reserva legal no ES. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 26/12/2013

Até a primeira quinzena de janeiro de 2014, o Estado do Espírito Santo deve publicar uma instrução normativa que permitirá computar o cacau cabruca (produzido em sistema agroflorestal) como área de reserva legal. Será o primeiro dentre os principais Estados produtores de cacau no país a oficializar tal condição.

A instrução vai substituir a de nº 7, publicada em novembro de 2012, que permitiu que as lavouras de cacau fossem renovadas nas APPs (Áreas de Preservação Permanente), segundo Ademar Espíndula Junior, chefe do Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf).

Espíndula Junior afirma que a nova instrução vai definir também as regras para a renovação das lavouras de cacau em APPs, além de possibilitar que o produtor use a área de cabruca como reserva legal. Para isso, o sistema agroflorestal tem de ser mantido - o cacauicultor precisará assinar um termo de compromisso. A instrução também prevê que o produtor venda ou compense em outra fazenda as áreas de cabruca que excederem os 20% exigidos de florestas nas localidades de Mata Atlântica. Mas a comercialização das áreas excedentes de reserva legal não será da alçada do Estado.

Pelas novas normas do Código Florestal, o produtor pode averbar APPs como reserva legal, explica o chefe do Idaf. Ele estima que grande parte das áreas com o cacau no Estado - de 15 mil a 20 mil hectares - estejam em APPs. "O produtor estava desmotivado a manter a área de cabruca", diz Espíndula Junior. O chefe do Idaf observa que antes o produtor precisava manter a cabruca, uma vez que a maioria está localizada em APPS, e mais os 20% de reserva legal na propriedade. Na prática, o produtor "ganha" uma área. "A cabruca já cumpre uma função ecológica".

Para Maurício Buffon, presidente da Associação dos Cacaucultores de Linhares - município que concentra cerca de 90% da produção de cacau no Espírito Santo -, a atividade no Estado encontra-se em "estado de calamidade".

A cultura foi afetada a partir de 2001 pela vassoura-de-bruxa, doença provocada por um fungo que dizimou também as lavouras da Bahia, o maior produtor nacional de cacau, nos anos 1990.

O Espírito Santo já chegou a produzir 12 mil toneladas da amêndoa, mas a produção atual é pouco superior a 4 mil toneladas, estima Enio Bergoli, secretário de Agricultura do Estado.

A situação só não é pior, diz Buffon, porque muitos produtores conseguiram se antecipar e cultivar variedades mais resistentes à vassoura-de-bruxa, já que a doença surgiu mais tarde que na Bahia. "Não fosse isso, o Estado não produzia nada", avalia.

Pelos cálculos do presidente da Associação dos Cacaicultores de Linhares, apenas entre 10% e 15% da lavouras foram renovadas no Estado e são estas que produzem as cerca de 4 mil toneladas da amêndoa. Segundo ele, existem de 15 milhões a 20 milhões de pés antigos de cacau "condenados" pela vassoura-de-bruxa.

A associação busca uma forma de erradicar as lavouras antigas e renová-las e negocia com multinacionais, como a Nestlé e Mondelez, a obtenção de recursos para a produção de mudas e contratação de agrônomos para assistência técnica.

A associação também iniciou conversas com a Petrobras sobre uma possível participação da companhia em projetos de renovação da cacauicultura. A estatal tem projeto de produção de fertilizantes nitrogenados na região de Linhares que impactaria parte da atividade cacauceira - ambientalmente e com o deslocamento de mão de obra. Procurada, a empresa não retornou os pedidos da reportagem.

Tarcísio Foeger, diretor-presidente do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (Iema), informa que em setembro foi assinada uma condicionante ambiental com a Petrobras, mas que os detalhes das ações para reestruturação da cacauicultura ainda não foram definidos.

Na avaliação de Buffon, os cacaicultores não dispõem de recursos próprios para recuperar a atividade e podem vender áreas de cabruca que poderão ser derrubadas para outras atividades. Ele estima que seriam necessários em torno de R\$ 50 milhões a R\$ 100 milhões para erradicar e replantar cerca de 15 milhões de pés de cacau e montar uma unidade própria de pesquisa para desenvolver novos defensivos para combate à vassoura-de-bruxa.

Com essas ações, Buffon estima que em doze anos o Estado poderá produzir cerca de 30 mil toneladas. Existem no Espírito Santo 23 mil hectares com cacauzeiros - 18 mil em sistema de cabruca, conforme a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac).

A safra capixaba representa apenas um pequeno percentual da safra nacional, estimada em 185,29 mil toneladas em 2012/13, queda de 15,8% sobre o ciclo anterior, conforme a TH Consultoria e Estudos de Mercado.

Há dois anos, o Espírito Santo iniciou um programa com distribuição de mudas de variedades mais tolerantes à vassoura-de-bruxa. A meta é que a produção alcance 12 mil toneladas até 2020, diz Bergoli.

2014: os desafios sociais e ambientais do povo brasileiro. Najar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 31/12/2013

Terminamos o ano de 2013, e entramos no próximo ano encarando a temporada ultraconservadora rural, social e ambiental no Brasil.

Porto Alegre – Com a temperatura acima de 35 graus, beirando os 40, uma inundação em dois estados, conflito racista em Humaitá (AM), onde os madeireiros incentivaram a destruição do patrimônio público, após a morte de um cacique e três moradores da cidade; a construção de várias estações de transbordos no distrito de Miritituba(PA), onde o agronegócio vai escoar cerca de 20 milhões de toneladas de soja; mais a liberação da exploração de ouro na Volta Grande do Xingu, a 17 quilômetros onde está sendo erguida a Usina Hidrelétrica do mesmo nome; além da proposta indecente das empresas de agrotóxicos junto com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), para criar a Comissão Técnica de Agrotóxicos (CNTagro), espécie de irmã siamesa da CNTbio, àquela que só aprova a liberação dos transgênicos, assim terminamos 2013, e entramos no próximo ano encarando a temporada ultraconservadora rural, social e ambiental.

Ficou grande, mas é para argumentar bem. A capital gaúcha, local onde sempre passam as frentes frias vindas da Península Antártica está imersa no forno, transformando a bela Porto dos Casais dos açorianos, em autêntico inferno tropical. O conflito de Humaitá que a Rede Globo, por intermédio dos repórteres da afiliada no Amazonas identificou como uma revolta da população pelo sumiço de três moradores, e tendo como fato anterior, a morte do cacique Ivan Tenharim, “encontrado morto na Transamazônica, vítima de atropelamento por estar bêbado”. Posteriormente, a nota do Conselho Missionário Indigenista registra o seguinte:

“- O cacique Ivan Tenharim era um incansável opositor contra a pilhagem praticada por madeireiros na terra indígena, junto com os órgãos públicos, e contribuiu para o fechamento de serrarias ilegais na região”.

A BR-230, conhecida como Transamazônica, que corta o norte do país desde Imperatriz, no Maranhão até o Acre, foi uma obra da ditadura militar, juntamente com a Perimetral Norte, que cortaria o Amapá, até a fronteira com a Guiana, e acaba na terra indígena dos Oiampi, povo que conheci em 1979. Tinha uma guarita vigiada pelos índios no final da estrada, que foi abandonada, porque ligava o fim do mundo ao paraíso, ou seja, o nada a lugar algum. Os tenharins moram na terra onde sempre viveram, junto com seus vizinhos parintintins e muras, na Terra Indígena Tenharim Marmelos. A estrada construída, a custa da destruição de várias aldeias, como no caso

dos Araras, na região de Altamira, simplesmente corta o território ao meio. Idêntico caso dos Waimiri-atroari na Roraima, com a BR-374.

Revolta racista

O cacique morto foi encontrado com hematomas no corpo e ferimentos na cabeça. Não houve investigação policial. Lógico que a revolta da população de Humaitá, incrementada pelos madeireiros, com tons racistas, de expulsão total dos índios da região – certamente para ficar com suas terras – serviu de mote para uma nota da Confederação da Agricultura, onde a senadora Kátia Abreu, dispara a artilharia do ultraconservadorismo rural brasileiro.

“- A revolta que motivou duas mil pessoas a atearem fogo na sede da FUNAI é mais uma prova irrefutável da necessidade de mudanças imediatas na condução da política indigenista”, diz a nota da CNA.

Os moradores encapuçados de Humaitá queimaram a Casa de Saúde do Índio, vários carros e motos, além de um barco, que abastecia as aldeias do interior. Ou seja, acabaram com a infraestrutura da FUNAI e deixaram cerca de 180 tenharins que estavam na cidade encurralados, tanto que foram levados para o 54º Batalhão de Infantaria de Selva. No dia 29 a juíza federal de plantão, Marília Gurgel determinou as autoridades de segurança a proteção à terra indígena que foi invadida várias vezes, e determinou a volta dos índios às comunidades. Além disso, enviou cópia do processo para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Não queriam discutir os impactos

Voltando um pouco na mesma estrada, agora no entroncamento da BR-163 – Cuiabá-Santarém, no distrito de Miritituba, município de Itaituba (PA), um grupo de multinacionais, entre elas, Cargill e Bunge, começou a construção de várias estações de transbordo fluvial. A soja, ao invés de rodar 2,3 mil quilômetros até Santos ou Paranaguá, para engordar as vacas europeias ou porcos e galinhas chinesas, percorrerá um trecho da BR-163, recém-licitada para a Odebrecht, até o referido distrito, cerca de 900 quilômetros – contando de Nova Mutum, passando por Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop, e atravessando o nortão do MT até o Pará.

Negócio lógico. Uma barcaça de soja equivale a 800 caminhões lotados. Mas as empresas chegam num distrito com menos de quatro mil habitantes, a mais adiantada é a Bunge, que pretende exportar até cinco milhões de toneladas de soja- via rio Tapajós até vila do Conde, em Barcarena, região metropolitana de Belém. Vão construindo sem ainda ter as licenças necessárias. Não queriam nem discutir os impactos. A região não tem água encanada, coleta de lixo, rede de esgoto. Itaituba com 98 mil habitantes tem um lixão recebe 950 toneladas por mês. Depois de muita discussão com os representantes da prefeitura local, chegaram a um acordo e pagar R\$12 milhões em 15 prestações, para ter a licença municipal de instalação.

600 mil viagens por ano

No acordo consta a construção da infraestrutura de água, esgoto e lixo, a compra de 10 transformadores para as escolas, uma sede para o corpo de bombeiros, uma ambulância. A previsão da agência Reuters, que esteve na região, é para um movimento de 300 mil caminhões por ano, somente na ida, ou seja, 600 mil viagens. Levando soja na estrada que ainda não está asfaltada, mas são somente 150 km, no clima amazônico, com temporada de chuva e seca definida. Minha conclusão: vão misturar ferro no asfalto para não desmanchar.

A previsão das empresas, e são 15 que se instalarão na região, é de movimentar seis milhões de toneladas em 2015, mas a expectativa é para escoar por esta rota até 20 milhões de toneladas. A expansão da soja na Amazônia tem uma grande responsável: a Cargill, multinacional americana, que ainda é controlada pela família, desde a sua fundação, e que instalou um porto graneleiro em Santarém há 10 anos, com capacidade para movimentar 1,3 milhão de toneladas. Na época, a produção de soja na região estava iniciando. Hoje, contanto os municípios vizinhos soma 55 mil hectares. Segundo a Associação da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove), dos quase 25 milhões de hectares de soja plantados no Brasil, 2,1 milhões estão no bioma Amazônia. O Pará tem 337 propriedades que plantam soja em 16 municípios, além de contar com 107 mil fazendas e 19 milhões de cabeças de bovinos.

Na trilha do ouro

Então a primeira rota de escoamento começou via Porto Velho, usada pelo Grupo Amaggi, que leva de barcaça até Itacoatiara no Amazonas. Dali, de navio para o Atlântico. O pobre distrito de Miritituba é um atalho. Também porque via rio Amazonas – se encontra com o Tapajós em Santarém – existe um empecilho na foz do Amazonas – só passam navios com no máximo 47 mil toneladas de capacidade. Por Barcarena, onde a Bunge, que está investindo R\$500 milhões no projeto, podem passar navios de 70 mil toneladas. Eles já projetaram, como novas dragagens, navios com capacidade para 120 mil toneladas. A Bunge e o grupo Amaggi, do senador Blairo Maggi criaram a empresa Navegações Unidas Tapajós Ltda., com investimentos previstos de R\$300 milhões, com a compra de 90 barcaças e cinco empurradores.

Seguindo ainda pela Transamazônica até a região de Altamira, onde está sendo construída a hidrelétrica na Volta Grande do Xingu. O Grupo Forbes & Manhattan, um banco de capital fechado, que capta dinheiro nas bolsas do Canadá e em outras partes do mundo, conseguiu licença ambiental do governo do Pará, via SEMA, para investir US\$1,1 bilhão na mesma região e recolher 4.684 quilos de ouro por ano, em 11 anos pretendem remexer 37,8 milhões de toneladas de terras, com o consequente tratamento com cianureto, para identificar as migalhas do metal. Cerca de dois mil garimpeiros trabalham na região, todos ilegalmente.

Existem comunidades com 40 anos. Já estão sendo expulsos. O grupo canadense pretende usar dinamite, a 17 km da usina, mas isso é um detalhe, não há o menor risco. O pior mesmo é o veneno que vai ficar na região.

Bilhões para alguns e miséria para outros

Para terminar esse sumário quase trágico, do ponto de vista social e ambiental, uma notícia animadora na terra da senadora Kátia Abreu, o estado do Tocantins, que ela pretende governar, depois de 2014. Osmar Zogbi é um daqueles ricos brasileiros, que vendeu seus negócios e está à procura de uma nova atividade.

Vendeu o banco Zogbi para o Bradesco e a sua parte na Ripasa, uma empresa de celulose e papel, para o grupo Votorantim. Criou a Eco Florestas- gosto de ver é o marketing ambiental deles –considerado o maior projeto florestal independente.

Comprou 120 mil hectares de terra, 42 mil já ocupados com eucalipto, mas o plano é atingir 180 mil hectares e 100 mil com o monocultivo. O objetivo maior é uma indústria de celulose com capacidade para 1,5 milhão de toneladas por ano – necessita de 150 mil hectares de eucalipto. Zogbi investiu R\$500 milhões, junto com seus sócios, ex-acionistas da Ripasa, além do grupo Safra e a BR Partners, entre outros.

Por isso, dá para entender a fúria da CNA contra os índios que estão atrapalhando os bilhões que serão investidos no campo, onde de um jeito ou outro, sobra umas migalhas para eles. Quanto ao povo brasileiro, que vive nas regiões afetadas, certamente serão deslocados para as capitais e suas regiões metropolitanas.

Vamos ver dois exemplos: o Pará tem uma população de 7,5 milhões de habitantes, sendo 1,4 milhão considerados economicamente como vivendo abaixo da linha da pobreza, assim como outros 16 milhões de brasileiros. Mas a média nacional é de 8,42%, de pobres nesta situação, comparados com uma população de 190 milhões de habitantes – dados de 2010. A média do Pará é de 18,65 % da população em condições de extrema pobreza.

O Mato Grosso, maior produtor de soja, milho e algodão do país, com uma população de pouco mais de dois milhões de habitantes, têm 394.821 famílias no Cadastro Único do governo federal, quer dizer, recebem assistência de algum programa. Onde vai parar os mais de US\$30 bilhões da exportação de soja, ou os mais de US\$6 bilhões da exportação de carne de boi. Outra questão, para discutir em 2014: qual o limite da expansão da pecuária e da soja na Amazônia? Ou não tem limite? Ou transformaremos a Amazônia numa imensa fazenda de boi e soja, para o deleite da elite rural ultraconservadora desse país?

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa